

ALONSO, Angela. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Leonardo Vereza de Freitas

Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ - PPGSA/UFRJ (2023). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense - PPGS/UFF (2014) e graduado em Ciências Sociais pela UFF (2011). Pós doutorando em sociologia, vinculado ao PPGSA/UFRJ.

Expressão e resultado de uma pesquisa de amplo espectro, o livro *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*, de Angela Alonso, aborda o contexto e os antecedentes do ciclo de protestos que tomou as ruas de centenas de cidades brasileiras em junho de 2013. Ela toma esse ano como referência, para então lançar o olhar para o que lhe precedeu, para os principais conflitos políticos que decorreram desde a ascensão de Lula à Presidência da República, 10 anos antes, em 2003.

Como ressalta a autora, esse é um período de grandes transformações no tocante ao perfil dos sujeitos coletivos da contestação social no país. Desde o período de crise final do regime militar brasileiro, nos anos 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) – e seu maior líder, Lula – cacifou-se enquanto protagonista no campo oposicionista aos governos que se sucederam. Seu crescimento como força de oposição no campo institucional da política refletiu-se também em sua capacidade mobilizatória, ao conseguir articular organizações sindicais, movimentos sociais e outras forças em torno de suas bandeiras. O que ocorre em 2003 é que esse campo, denominado por Alonso como “socialista”, reorienta a sua ação ao converter-se de oposicionista a situacionista – base política do governo Lula –, perdendo, por consequência, o protagonismo na arena dos protestos e das mobilizações de contestação do cenário nacional.

A autora identifica que, de 2003 a 2013, os governos petistas precisaram lidar com uma gama de práticas contestatórias, com clivagens à esquerda e à direita. Nesse rol, ela realiza o trabalho de tipificá-las e agrupá-las em temáticas comuns, denominadas como “zonas de conflito”, que seriam três: 1) redistribuição de recursos, acessos e oportunidades; 2) princípios da orientação da vida moral coletiva e individual; 3) violência e a questão do monopólio da violência pelo Estado.

A primeira zona de conflito, a da pauta redistributiva, inclui ampla gama de recursos materiais, entre eles, um bastante significativo para um país de forte cariz agrário: o da propriedade fundiária, referindo-se às disputas por propriedade da terra em si e aos conflitos relacionados à conservação florestal.

A segunda zona de conflito, relativa à moralidade, se divide entre questões da moral privada e pública. Na esfera privada, situam-se problemas relativos às formas de constituição familiar, aos tipos de relações afetivas, aos direitos das mulheres (como a questão do aborto), às questões identitárias de populações LGBTQIAP+, bem como o debate relativo à descriminalização das drogas. Nesse campo, os governos petistas acumularam iniciativas e recuos, precisando lidar com movimentos sociais que apontavam para caminhos de radicalização, à esquerda e à direita, dentro dessa temática espinhosa. Quanto à esfera da moral pública, situa-se com centralidade o problema da lisura na gestão do Estado, em que os desvios de corrupção despertam críticas tanto à esquerda quanto à direita do governo.

A terceira zona de conflito, relacionada ao problema da violência, pauta-se quanto à prerrogativa e às críticas à violência de Estado, assim como quanto ao debate relativo ao direito de os indivíduos se autodefenderem de forma armada numa sociedade com crescentes índices de violência e criminalidade. Ressurgem, assim, questões relacionadas à violência praticada pelo regime militar vigente de 1964 a 1985 e sobre o direito à posse e ao porte de armas, além do debate acerca de uma legislação mais dura para combate à criminalidade.

Os modos de posicionamento de sujeitos coletivos e individuais nessas zonas de conflito foram dos mais variados, porém a autora consegue agrupá-los por afinidades em comum, estilos de protestar e proximidades no teor de suas visões de mundo. “Aliados, mas não iguais”, tais sujeitos conformaram agrupamentos de movimentos, ou, em outras palavras, “campos de ação política”, tomando-se emprestada a definição de Fligstein e McAdam (2012) para analisar o desenvolvimento de três campos na arena dos protestos políticos no Brasil, todos eles na oposição aos governos petistas de Lula e Dilma. Dois desses campos estariam no espectro de oposição à esquerda – os campos chamados por ela de “neossocialista” e “autonomista” – e um campo de ação à direita – aquele denominado como “patriótico”. “Os grupos eram muitos e variados, mas os estilos de ativismo os agrupavam em campos de ativismo, famílias políticas com muitos movimentos imantados pelo parentesco, porém sem identificação completa” (ALONSO, 2023, p. 65).

A identificação dos campos de ação e dos respectivos repertórios presentes nas Jornadas de Junho de 2013 já foi feita em artigo anterior da autora, “June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government’s response to protest” (2015), em coautoria com Ann Mische, identificação esta que se baseia na teoria do conflito político de Charles Tilly. Em *Treze*, ela apresenta uma evolução de seus aportes anteriores, refinando sua definição dos campos e, particularmente, renomeando o – antes por ela chamado – campo “socialista”, referido em 2015, para a denominação “neossocialista” na obra de 2023, atualizando a categorização de que o campo “socialista” seria a base social do PT. Os campos “socialista” e “neossocialista” (oposicionista ao PT a partir de 2003), partiriam de uma mesma matriz, quanto a visões de mundo e formas de ação. Segundo a autora, o que mudou foi o PT, ao priorizar, através do governo, ações institucionais para buscar a mudança social, o que teria permitido ao campo neossocialista ocupar a vaga deixada pelo campo socialista.

Em resumo, o campo neossocialista é definido pela autora como aquele conjunto de partidos e organizações que disputam o chamado “legado socialista”, ideais de esquerda dentro dos marcos de um regime demoliberal capitalista, os quais o PT, por circunstâncias históricas, nutriu e também deles se alimentou. Trata-se de bandeiras de esquerda dentro da seara das relações socioinstitucionais, sobretudo relativas à redistribuição da riqueza entre as camadas historicamente subalternizadas. De acordo com Alonso, tendo como marco as edições do Fórum Social Mundial, jovens dispostos a divergir do governo petista pela esquerda teriam optado por se organizar em grande parte em partidos como o PSTU¹ e o PSOL² (formado no início do primeiro mandato de Lula como uma dissidência do PT), mas também através do MTST³ – “costela desgarrada” do MST⁴ em 1997.

¹ PSTU = Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

² PSOL = Partido Socialismo e Liberdade.

³ MTST = Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

⁴ MST = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.



Já o campo autonomista é apresentado pela autora como aquele que se baseava fortemente sobre o princípio da auto-organização. Seriam grupos organizados sob formas descentralizadas e horizontalistas; pequenos, porém muito numerosos e que concentrariam sua ação, na visão da autora, principalmente em torno de pautas da moralidade privada, mas também em parte em torno de pautas redistributivistas. Questionando o modelo político da democracia representativa, se expressariam mediante *performances* lúdicas e ações disruptivas, que se concretizavam em atos de violência simbólica, como escrachos a indivíduos ou grupos tomados como inimigos; além da ação violenta em si nos protestos, através de ataques a instalações físicas dotadas de expressivo simbolismo do poder do capital e do Estado; bem como da resistência ativa às investidas policiais. A referência mais expressiva de protesto desse campo no plano mundial até então se deu numa manifestação contra a reunião da cúpula do G7 em Seattle (EUA), em 1997, que resgatou a *performance* de resistência à violência policial, originária da Alemanha dos anos 1980, conhecida como tática *black bloc*.

Cabe ressaltar que o livro, no fundamental, atribui a esse campo uma feição demasiadamente anarquista, seja pela composição de seus grupos/movimentos integrantes, seja pela sua prática. Em artigo de 2022, “Campos de ação e confronto político no Brasil: do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa (via Junho de 2013)”, Breno Bringel realiza também um trabalho de identificação de campos de ação política que permearam a vida nacional nos últimos anos e identifica esse mesmo campo, porém com uma denominação mais correspondente à multiplicidade de agentes e grupos em sua composição. Nas palavras de Bringel (2022), esse seria o “campo alterativista-revolucionário”, uma denominação que dá conta da existência de ativistas com uma prática desvinculada dos partidos tradicionais no país, e com visões de mundo mais radicais à esquerda nos conflitos políticos marcantes no cenário nacional. Isso, pois, independentemente da denominação que se dê para o campo, foi ele que reuniu, em 2013 e por algum tempo mais adiante, grupos marxistas, revolucionários, anarquistas, além uma diversidade de ativistas independentes, em geral, não organizados em qualquer tipo de movimento. Esse campo foi de iniciação política para muitos jovens não organizados e que posteriormente vieram a compor, por exemplo, a Frente Independente Popular, no Rio de Janeiro, que deu sequência à organização de protestos em 2013 e nos anos que se seguiram. Mas tais aspectos não são abordados pelo livro *Treze*.

Por sua vez, os integrantes do campo patriota são aqueles que se identificam com símbolos nacionais e, na visão da autora, adotam posturas políticas assinaladas como de direita. Arvorando-se por valores tradicionalistas – costumes, padrão heterossexual de família, cristianismo –, manifestavam-se também como fortes opositores à incidência do Estado sobre os indivíduos, seja por iniciativas do governo petista que tocavam nesses valores tradicionais, seja pela ação de regulação econômica estatal em si, pela sua pesada burocracia e pela alta carga de impostos. Além desses temas, a pauta da moralidade pública era também expressiva nesse campo, bastante atento a ocorrências de corrupção no governo.

Destacamos, de nossa parte, que durante todo o período de acumulação de forças desse campo, dentro do recorte temporal definido pela autora, de 2003 a 2013, cabe diferenciar os sujeitos imbuídos de um ativismo declarado de direita e aqueles que acabaram aderindo aos protestos de junho de 2013, vestindo-se com as cores nacionais e abraçando a multiplicidade de bandeiras políticas ali levantadas, em sua maioria de caráter progressista. Percebemos no livro, entretanto, um superdimensionamento do campo patriótico, ao integrar esses dois tipos de ativismo – organizado e esporádico/não organizado.

De forma geral, a conceituação de campos de ação em *Treze* talvez poderia ser um pouco mais fluida. Isso, pois, para além de terem os campos um caráter mais amplo e não tão integrado, a obra enquadra o Movimento Passe Livre (MPL) no campo autonomista, quando na realidade podem ser percebidos nele práticas e estilos que transitam entre o campo neossocialista e o campo autonomista. A complexidade desse movimento é abordada pelo artigo “Debajo y detrás de las grandes movilizaciones”, de Raúl Zibechi, publicado em 2013, no qual é apresentada uma caracterização mais ampla da prática dessa organização, assim como é feita uma boa exposição do seu processo de acumulação de forças ao longo dos anos. Voltemos, porém, à narrativa de Alonso.

Da apresentação dos campos de ação e das zonas de conflito até chegar à apresentação dos episódios de junho de 2013, a autora explica como alguns dos grupos integrantes desses campos se estruturaram, dando mostras de traços em comum em desenvolvimento. Nesse rol, pessoas foram se vinculando diretamente e construindo relações mediante o estabelecimento de redes cívicas. Estas, seja com visões de esquerda, seja de direita, ganharam fôlego incorporando uma perspectiva “participacionista”, justamente propagada pelo PT antes e durante seus governos, fortalecendo nesses sujeitos noções quanto às limitações da ação do Estado sobre a vida social no país. Os integrantes dessas redes – movimentos, organizações não governamentais, institutos etc. – constroem-se, portanto, mediante a noção de que seria preciso se organizar e agir.

À esquerda se formaram redes solidárias, com técnicas de organização e autoconstrução comunitárias, para, mediante ações reivindicativas localizadas e/ou relações de convivência, desenvolver e reproduzir culturas diferenciadas e estilos de vida.

À direita, por sua vez, estruturaram-se redes empreendedoras, seja no seu sentido estritamente econômico e individualista, seja num misto de sentido econômico e religioso, no qual, para trilhar seus objetivos de ascensão social, fiéis cristãos apoiam-se sobre seus vínculos comunitários. Uma terceira forma seria a do empreendedorismo agrário, nucleado entre proprietários de terra, através da atividade agropecuária em si, bem como pela atividade econômica da prestação de serviços específicos que ela demanda. Em todos esses três tipos de empreendedorismo, seus objetivos iniciais se movimentavam por interesses de negócios, porém acabaram virando espaços políticos, em que se alimentava a ideia de ineficiência do Estado gerido pela esquerda, que, de acordo com eles, saberia sugar bem os recursos da população, mas sem conseguir devolvê-los na forma de benefícios sociais adequados.

Com variações de intensidade ao longo dos anos, as dinâmicas ocorridas nas três zonas de conflitos levaram a um acúmulo de desgastes para Lula, principalmente em seu segundo mandato, mas vem desatar-se em situações mais difíceis nos anos do governo Dilma. Nas palavras da autora, “quando encerrou o segundo mandato, Lula transmitiu à sua sucessora um caldeirão fervente. Logo transbordaria” (ALONSO, 2023, p. 56).

Muitos dos conflitos expressivos daquele período estão relacionados a temas que até os dias de hoje ecoam, despertando paixão e furor entre indivíduos identificados com ideários de direita e de esquerda. Isso se refere a temas identitários, de segurança pública (e individual), corrupção, direitos das mulheres, questões relativas à sexualidade, sobre a luta pela terra e luta por moradia, só para mencionar alguns dos apresentados pela autora. Certos episódios ou processos, entretanto, tiveram mais expressividade na contenda política, como a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3), a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a aprovação (e os vetos de Dilma) do Código Florestal, a construção da hidrelétrica de Belo Monte (PA), a criação e a



implementação da lei da ficha limpa, além da lei das empregadas domésticas. Diante de todos esses episódios, o governo Dilma conseguiu acumular desgastes, algumas vezes mais entre a esquerda, outras vezes de sujeitos à direita, porém, de forma geral, conseguiu aprofundar insatisfações com todos os três campos.

Alonso mostra que, ao longo desses anos, forças e grupos identificados com os três campos se mobilizaram de formas diversificadas dentro das três zonas de conflito. E, ao percorrer esses enfrentamentos, os integrantes desses campos se aglutinavam mais e mais e se diferenciavam, definindo contornos e posicionamentos às redes cívicas através da ocorrência da contenda política. A prática do protesto de rua e todas as dimensões da sociedade que ela mobiliza, entretanto, oscilaram e só puderam apresentar de forma maximizada os traços dos três campos quando da eclosão do ciclo das Jornadas de Junho de 2013.

Chegando, então, aos protestos de junho em si, a autora apresenta a expressividade de manifestações relativas ao campo das moralidades no início do mês, com grande número de participantes, numa grande marcha pelo orgulho LGBTQIAP+ em 2 de junho, em São Paulo (SP), e numa marcha, em 5 de junho, em Brasília (DF), de cunho religioso em torno de posições tradicionalistas – uma contramanifestação em relação à primeira. E entre e logo após tais marchas, o livro registra a ocorrência alternada de outras manifestações temáticas menores, com temáticas relacionadas a ambos os campos.

Ainda dentro da zona das moralidades, mas na seção relativa à esfera pública, mobilizações de menor monta ocorriam nos primeiros dias do mês, com temas relacionados ao apoio à Lei da Ficha Limpa e contrária à PEC 37, que versava sobre restrições à ação do Ministério Público em investigações criminais. Em paralelo, a zona de conflito relativa à violência tem, no início do mês, expressões de menor monta, relacionadas a repercussões da ação da CNV e por maior segurança pública.

Mas o ciclo de protestos de junho ganha de fato expressão quando atinge a zona de conflito da redistribuição. Nesse terreno, a autora aborda a ocorrência de greves em diversos estados, mobilizações de camponeses pressionando o governo por reforma agrária, conflitos fundiários envolvendo povos indígenas e pequenos protestos de ruralistas. Mas seu maior crescimento se dá quando jovens se mobilizam em várias cidades do país em protestos contra o aumento das passagens nos transportes públicos, momento em que começam a se apresentar também as práticas disruptivas da chamada tática *black bloc*.

E a autora mostra que junho teve fases. A primeira foi a da *eclosão*, com os conflitos recém-citados, que vai até o dia 13, data em que ocorrem ações de grande violência policial contra manifestantes e jornalistas. A segunda fase foi a da *diversificação*, quando se multiplicam entre o dia 14 e 16 os protestos com base em pautas da moralidade e da redistribuição. Nesse período a zona de conflito da violência se apresenta concretamente pela prática dos protestos em si, quando igualmente se multiplicam as ações de resposta à violência policial ocorridas no dia 13. Já a terceira fase é a da *massificação*, quando os protestos alcançam um pico entre os dias 17 e 20, com o maior número de protestos e de manifestantes em várias partes do país.

No dia 17 são registrados em grandes cidades como São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG) protestos gigantes e, após isso, veículos da grande imprensa, como a Rede Globo, passam a legitimar e incentivar as grandes marchas. É em torno do dia 19 que prefeituras de várias cidades passam a revogar os aumentos das passagens. E, no dia 20, os protestos atingem seu

auge, momento em que, particularmente em São Paulo, o movimento que liderava os protestos (MPL) decide se retirar, alegando já ter conquistado a vitória na redução das passagens.

Um quarto momento se situa no pós 20 de junho, quando teria ocorrido um processo de *declínio e segmentação*. De acordo com a autora, nesse momento, os protestos seguem ocorrendo pelo país, com a diferença de que contam com menos manifestantes e com a segmentação dos campos. Se nas fases de diversificação e de massificação os campos teriam marchado nos mesmos espaços, cada um com suas bandeiras, já nessa última fase, cada campo faria os próprios protestos, com destaque para os campos autonomista e patriota – os primeiros com o destaque da autora quanto a atos violentos de destruição de lojas e prédios e o segundo com manifestações enaltecendo pautas de caráter regressivo. Algumas poucas exceções a essa segmentação se dariam nos últimos jogos da Copa da Confederações, quando distintos campos até chegaram a estar próximos dos estádios, porém estritamente separados.

Alonso revela ainda que, falando sobre São Paulo, ativistas dos campos socialista (PT) e neossocialista ensaiaram um movimento para tentar unificar a esquerda contra o desvirtuamento dos protestos, que estariam sendo povoados por violência desmedida e “gente esquisita” portadora de pautas regressivas. Porém, a autora não relata as efetivas consequências e reviravoltas oriundas desse esforço.

Narrando e problematizando a evolução dos acontecimentos de junho, a obra não dá grande relevo às articulações ocorridas para que os maiores protestos do ciclo eclodissem em datas simultâneas nas grandes cidades. Além disso, o livro apresenta importante descrição de como as ruas foram tomadas nas cinco regiões do país, mesmo nos mais afastados rincões; porém, não aborda a importância desses movimentos articuladores, que, ao fim e ao cabo, encabeçaram os protestos e tiveram papel fundamental nas grandes cidades. Tendo desenvolvido sua pesquisa inicialmente em São Paulo, a autora capta com destaque a existência de um movimento líder dos protestos de junho, o MPL, que teve peso objetivo somente naquela capital. Chegar até os encabeçadores de outras grandes cidades serviria, de certo, para aprofundar a dimensão de junho nesses outros locais.

Particularmente quanto ao Rio de Janeiro, a autora menciona pouquíssimas vezes ao longo do livro os nomes dos movimentos ou frentes de luta presentes em Junho ou no pós-Junho. Em nenhuma vez menciona o Fórum de Lutas contra o Aumento da Passagens (Fórum de Lutas), que teve a especificidade de juntar neossocialistas e autonomistas para discutir e planejar o rumo dos acontecimentos naquela cidade.

Ainda nessa seara, o livro não sublinha uma mudança importante ocorrida após a revogação dos aumentos nas passagens, que está relacionada à renúncia do MPL ao seu papel de organizador dos protestos em São Paulo. Tal mudança reside no significado que teve o “descabeçamento” dos grandes protestos da capital paulista, tendo como consequência direta a segmentação das manifestações já a partir do dia 20, fato identificado pela autora nos protestos em geral pelo país, no curso da quarta fase das manifestações.

O fato é que, ressaltamos, essa mudança provoca um giro importante, fazendo o Rio de Janeiro ocupar a testa dos acontecimentos de 20 de junho em diante, no que tange aos grandes atos, uma vez que estavam dotados ainda de um centro unificador – o Fórum de Lutas. Foi no Rio de Janeiro o local de realização da partida final da Copa das Confederações, em 30 de junho, quando ocorreu um grande protesto nos arredores do Maracanã, gravemente reprimido pelas forças policiais e que a autora menciona apenas de passagem.

E, se para o caso de São Paulo, a abordagem trata da tentativa de concertação entre socialistas, neossocialistas e autonomistas a fim de tentar se sobrepôr ao campo patriótico, no caso do Rio, o livro não lança olhar sobre as articulações entre os campos. Desse modo, não registra e não problematiza os ferrenhos embates entre neossocialistas e autonomistas no Fórum de Lutas, espaço que teve papel importante para que no dia 20 de junho um número recorde de manifestantes povoasse um grande protesto na Avenida Presidente Vargas (1 milhão, de acordo com os ativistas).

Ao não dar o devido destaque ao Rio de Janeiro, a autora não aborda a realização da maior plenária do Fórum, no dia 25, que de tão grande não coube no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), acabando por ocupar o Largo de São Francisco de Paula e as escadarias do IFCS com milhares de ativistas. Foi ali, com dura confrontação democrática entre seus dois campos integrantes – neossocialista e autonomista –, que se deliberou e se concretizou a realização do ato de 30 junho da final da Copa das Confederações.

O estudo da história, a partir do olhar de investigadores imersos no presente, algumas vezes promove uma supervalorização de fenômenos e personagens que ganharão maior relevância apenas no futuro. É quase natural buscar perceber o processo de fortalecimento desses agentes, porém há o risco de indução a eventuais variações de anacronismo. Ao nosso ver, é o que o ocorre nas entrelinhas ao longo do livro e declaradamente no fim da obra.

O último capítulo, “O espólio de junho”, não consegue alcançar a extensão do ciclo de protestos ocorrida em determinadas partes do país. Particularmente, por exemplo, para o caso do Rio de Janeiro, a obra não consegue captar que aquele ciclo prosseguiu até meados de 2014, quando ocorreu a Copa da FIFA. Dando um salto direto à ascensão das manifestações de direita que vieram a ocorrer anos depois de 2013, o livro não aborda os efeitos de articulações como a Frente Independente Popular (FIP-RJ) na continuidade das mobilizações e dos protestos do campo autonomista, bem como não registra a criminalização sofrida por esse campo a partir da Copa de 2014. Também subvaloriza as mobilizações em prol do pedreiro Amarildo, que tomaram as ruas da cidade e aproximaram as favelas e os autonomistas em uma demanda central que é o rechaço à violência de Estado nas favelas e periferias – menciona tal mobilização apenas de passagem –; igualmente não trata das grandes manifestações de caráter classista ocorridas no segundo semestre de 2013, no curso das greves da educação pública do Rio e na histórica greve dos garis, no Carnaval de 2014; e mesmo no plano nacional, não observa o reavivamento das greves nos meses subsequentes de junho e nos anos seguintes.⁵ Uma investigação que observasse tais fatos poderia aprofundar a compreensão dos múltiplos sentidos de junho e trazer outras nuances para um balanço final sobre as Jornadas.

Se, por um lado, Junho tem seus progenitores, de 2003 a 2013, por outro, também gera uma descendência, aplicável aos três campos abordados. Quanto ao que descendeu de Junho, portanto, a autora não dá destaque aos neossocialistas, que de fato entram e saem de 2013 sem grandes mudanças – registre-se somente que, cindidos com os socialistas em 2003, vão reencontrá-los em 2016, em apoio a Dilma. Porém, dos outros dois filhos de junho que sobram, um acaba sendo sobrevalorizado – aquele do campo patriota, sem registrar a relevância das ações dos autonomistas do ponto de vista das transformações nas formas de organização das ações coletivas e da continuidade dos protestos à esquerda que se seguiram.

⁵ Para mais detalhes sobre o ciclo de protestos de 2013 no Rio de Janeiro, ver Almeida (2019) e Freitas (2023).

Os leitores vão perceber uma sobrevalorização dada para uma sinergia – na realidade, frágil ou inexistente – entre algumas organizações de direita/extrema direita com suas pautas regressivas e uma imensidão de jovens que foram às ruas usando, em parte das vezes, as cores nacionais, e com seu mar de cartazes com pautas progressistas, democráticas – pautas essas sistematizadas por Andrés (2023). Em suma, no livro, esses dois grupos são tratados como um imenso campo patriótico que ali emerge. Questionamos, portanto: há algo de regressivo ou reacionário em vestir-se de verde-amarelo e aderir à máxima: “Quero hospitais/escolas/transporte padrão Fifa”? Não conseguimos ver conexão entre cartazes desse tipo, presentes nos grandes protestos, e as pautas regressivas verificadas em reduzidas marchas de grupos de extrema direita e grupos de religiosos, como “pela cura gay”, “contra o aborto”, “pela família tradicional”, “pela defesa de Marco Feliciano” etc.

A obra não nota, portanto, os filhos autonomistas de junho e realça em demasia as pequenas serpentes patriotas se avolumando. Por fim, cabe ressaltar que Angela Alonso tem o grande mérito de talvez ter realizado a mais ampla investigação sobre as Jornadas de Junho feita até então, alcançando a dimensão dos protestos e dos seus antecedentes em âmbito nacional. Entretanto, numa visão de conjunto do livro, percebe-se uma leitura pessimista da história – tudo rumando em direção ao antipetismo.

Alguns anos após 2013, a extrema direita ganhou alguma relevância no país, elegendo até um presidente que, após sair do governo, tem tido seus intentos cada vez mais cerceados, inclusive estando já inelegível. É fato que ideologias e indivíduos de extrema direita existem já por longa data em nossa história, e fato é também que nos últimos anos ela se unificou. Mas a pergunta que fazemos é: foram as Jornadas de Junho de 2013 ou foi Bolsonaro que unificou a extrema direita?

Nesse sentido, o desfecho de *Treze: a política de rua de Lula a Dilma* talvez ofereça uma visão melancólica da história dos movimentos populares nas ruas, tal qual melancólico é seu balanço para Junho.

Referências

- ALMEIDA, Brena Costa de. *Quando é na favela e quando é no asfalto: controle social repressivo e mobilizações entre lugares de luta*. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest. *In: ESA RESEARCH NETWORK ON SOCIAL MOVEMENTS – MIDTERM CONFERENCE*, 2015. Madrid, 2015. *Anais [...]*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/11309520/June_demonstrations_in_Brazil_repertoires_of_contention_and_government_s_response_to_protest. Acesso em: 18 jun. 2020.
- ANDRÉS, Roberto. *A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- BRINGEL, Breno. Campos de ação e confronto político no Brasil: do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa (via Junho de 2013). *In: TAVARES, Francisco Mata Machado; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo Fabrino (orgs.). Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022. p. 163-190.
- FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. *A theory of fields*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- FREITAS, Leonardo Vereza de. *O encontro dos Rio de Janeiro, de junho e de março: Jornadas de Junho de 2013, greve no carnaval e um novo movimento de garis*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- ZIBECHI, Raúl. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. *OSAL – Observatorio Social de América Latina*, [s. l.], ano XIV, n. 34, p. 15-35, nov. 2013.